



Ref.:
Processo Licitatório nº 004/2025
Dispensa: 003/2025

Termo de Contrato de Fornecimento que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARAIAL/PE e a Empresa **LINS SERVIÇOS E CONSTRUTORA LTDA.**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARAIAL-PE, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Floriano Peixoto, s/n, CENTRO, MARAIAL – PE, CEP: 55405-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.680.752/00001-52, representado neste ato pelo Secretário o Sr. NELSON DE LIMA BARROS, brasileiro, portador da cédula de identidade (RG) nº. 1.663.958-SDS-PE e CPF nº 243.452.964-04, e de outro lado como **CONTRATADA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e como **CONTRATADA**:

DADOS DA CONTRATADA

RAZÃO SOCIAL: **LINS SERVIÇOS E CONSTRUTORA LTDA**
INSCRIÇÃO NO CNPJ: **23.593.622/0001-76**
ENDEREÇO COMPLETO: **RUA SEVERINO L ALBUQUERQUE, Nº69, CENTRO-TRACUNHAEM-PE**
e-mail: **LINSCONSTRUTORA@HOTMAIL.COM**

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: **ISLANDSSON KEVESSON TRINDADE OLIVEIRA LINS**

CARGO QUE OCUPA: **SOCIO**

NACIONALIDADE: **BRASILEIRO**

ESTADO CIVIL: **SOLTEIRO**

PROFISSÃO: **EMPRESARIO**

RG Nº: **800573- MEX-PE**

CPF Nº: **103.107.554-25**

ENDEREÇO: **RUA SEVERINO L ALBUQUERQUE, Nº69, CENTRO-TRACUNHAEM-PE**

tendo em vista o que consta no Processo nº 004/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 021 e 022, de junho de 2023, atualizado pelo Decreto Federal Nº 11.871/23, e ainda do Decreto Municipal n. 02, de 03 de janeiro de 2024, Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.246, de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n 003/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA, PINTURA E RETELHAMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE I E III, LOCALIZADAS NO CENTRO E NO DISTRITO DE SERTÃOZINHO DE BAIXO, MUNICÍPIO DE MARAIAL/PE, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (SESSENTA) dias contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. MATRIZ DE RISCO:

3.2.1 Constituem riscos a serem suportados pelo Contratante:

- a) (...)
- b) (...)
- c) (...)

3.2.2 Constituem riscos a serem suportados pelo Contratado:

- a) (...)
- b) (...)
- c) (...)

3.2.3 Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de% para a Contratante e% para o Contratado:

- a) (...);
- b) (...)
- c) (...)

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras acerca da subcontratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 121,081.14 (cento e vinte e um mil, oitenta e um reais e quatorze centavos)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

5.4. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 6.1. As regras acerca do reajustamento de preços são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO (art. 92, X, XI, XIV, XVI e XVII)

- 7.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 8.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 8.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 8.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 8.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 8.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 8.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 8.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 8.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade municipal.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 9.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- 9.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 120 (cento e vinte) dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 9.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 9.4. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 9.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 9.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 9.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 9.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
 - 9.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 9.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 9.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 9.9. Caso a garantia seja mediante títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 9.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 9.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

9.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.14. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

9.16. A garantia de execução é independente da que eventualmente seja prevista no Termo de Referência especificamente para os itens entregues e serviços executados.

9.17. CLÁUSULA DE RETOMADA

9.17.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

9.17.2. A seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

9.17.2.1. Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.

9.17.2.2. Acompanhar a execução do contrato principal.

9.17.2.3. Ter acesso a auditoria técnica e contábil.

9.17.2.4. Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.

9.17.3. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

9.17.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

9.17.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

9.17.5.1. Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.

9.17.5.2. Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Aviso de Contratação Direta.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

- 11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma Físico-financeiro.
- 11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 11.2.3. Indenizações e multas.

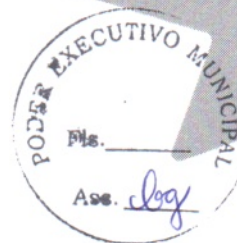
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

RUA FLORENCIO PEIXOTO
08.680.752/0001-52
2025

FICHAS DA DESPESA



Página 1

Entidade	Discriminação da Entidade			Fte Recurso / STN	Dotação Inicial	Alteração(+/-)	Dotação Atual
Ficha C/loc	Func/Prog	Catgo	Discriminação				
3	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
02	PODER EXECUTIVO						
02 13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
02 13 00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
10	Saúde						
10 122	Administração Geral						
10 122 0009	SAÚDE E CIDADANIA						
10 122 0009 2256 0000	Gestão Técnica e Administrativa do FMS						
152	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.035.02-001 001 1.500.1002	427.000,00	0,00	427.000,00
Total					427.000,00	0,00	427.000,00
Código de Aplicação							
001	Ordinário			427.000,00			
001	Recursos Proprios do Municipio			427.000,00			
TOTAL				427.000,00			

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

RUA FLORENCIO PEIXOTO
08.680.752/0001-52
2025

FICHAS DA DESPESA

Página 1

Entidade	Discriminação da Entidade		Fte Recurso / STN	Dotação Inicial	Alteração(+/-)	Dotação Atual
Ficha C/Loc	Func/Prog	Catgo Discriminação				
3	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
02	PODER EXECUTIVO					
02 13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
02 13 00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
10	Saúde					
10 301	Atenção Básica					
10 301 0009	SAÚDE E CIDADANIA					
10 301 0009 2258 0000	Manutenção dos Serviços de Saude/Atenção Basica					
312	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.035.114-300 313 2.600.3120	0,00	1.924.775,17	1.924.775,17
Total				0,00	1.924.775,17	1.924.775,17
Código de Aplicação						
300	SAÚDE		1.924.775,17			
313	INCREMENTO TEMP. AO CUSTEIO ATENÇÃO PRIM		1.924.775,17			
TOTAL			1.924.775,17			

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

RUA FLORENCIO PEIXOTO
08.680.752/0001-52
2025

FICHAS DA DESPESA

Página 1

Entidade	Discriminação da Entidade		Fte Recurso / STN	Dotação Inicial	Alteração(+/-)	Dotação Atual
Ficha C/loc	Func/Prog	Catgo Discriminação				
3	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
02	PODER EXECUTIVO					
02 13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
02 13 00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
10	Saúde					
10 301	Atenção Básica					
10 301 0025	PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA					
10 301 0025 2263 0000	Programa de Saude da Família PSF					
178	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.035.02-001 001 1.500.1002	15.000,00	0,00	15.000,00
179	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	1.035.106-300 023 1.600	80.000,00	0,00	80.000,00
Total				95.000,00	0,00	95.000,00
Código de Aplicação						
001	Ordinário			15.000,00		
001	Recursos Proprios do Municipio			15.000,00		
300	SAÚDE			80.000,00		
023	ATENÇÃO PRIMÁRIA			80.000,00		
TOTAL				95.000,00		

Entidade	Discriminação da Entidade	Fte Recurso / STN	Dotação Inicial	Alteração(+/-)	Dotação Atual
Ficha CLoc	Func/Prog Catgo Discriminação				
3	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
02	PODER EXECUTIVO				
02 13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
02 13 00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
10	Saúde				
10 301	Atenção Básica				
10 301 0009	SAÚDE E CIDADANIA				
10 301 0009 2258 0000	Manutenção dos Serviços de Saúde/Atenção Básica				
159	3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	1.035.02-001 001 1.500.1002	471.000,00	0,00	471.000,00
160	3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	1.035.03-300 001 1.600	265.000,00	0,00	265.000,00
161	3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	1.035.05-300 004 1.621	201.000,00	0,00	201.000,00
162	3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	1.035.106-300 023 1.600	860.000,00	0,00	860.000,00
163	3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	1.035.113-300 031 1.600	50.500,00	0,00	50.500,00
164	3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	1.035.114 -300 313 1.600	100.000,00	0,00	100.000,00
165	3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	1.100.83-820 000 1.706.3110	60.000,00	0,00	60.000,00
Total			2.007.500,00	0,00	2.007.500,00

Código de Aplicação		
001	Ordinário	471.000,00
001	Recursos Proprios do Municipio	471.000,00
300	SAÚDE	1.476.500,00
023	ATENÇÃO PRIMÁRIA	860.000,00
001	CUSTEIO SUS	265.000,00
031	GESTÃO DO SUS	50.500,00
313	INCREMENTO TEMP. AO CUSTEIO ATENÇÃO PRIM	100.000,00
004	SUS - ESTADO	201.000,00
820	EMENDAS PARLAMENTARES	60.000,00
000	EMENDA PARLAMENTAR - INDIVIDUAL	60.000,00

- 12.2. TOTAL 2.007.500,00 A
dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

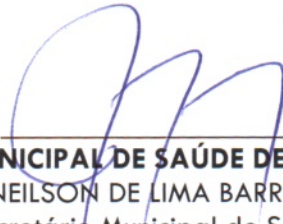
15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Cidade de Catende para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Maraial, 13 de fevereiro de 2025.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARAIAL-PE
NEILSON DE LIMA BARROS
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE

LINS SERVICOS
E
CONSTRUTORA
LTDA:2359362200
0176

Assinado digitalmente por LINS SERVICOS E
CONSTRUTORA LTDA:23593622000176
ND: C=BR, O=CP-Brasil, SHPE, L=1
TRACUNHAEM, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ
At: CNP=23593622000176, OU=1
videoconferencia, CN=LINS SERVICOS E
CONSTRUTORA LTDA:23593622000176
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.02.18 11:13:15-0300
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3

LINS SERVIÇOS E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ N.º 23.593.622/0001-76
CONTRATADA



Diretora da pasta passou a palavra para o Assessor Técnico da PNAB, o Srº Pablo Vinicius Dantas Alves, e o mesmo apresentou as orientações gerais desta política, onde todos os presentes puderam ter amplo conhecimento sobre a relevância deste momento, em que o setor cultural recebe grande investimento nacional. Também foi ressaltado as ações continuadas que devem ser adotadas pelo município, sabendo que a PNAB está garantida pelo Governo Federal até 2029 e, sendo assim, é importante que a comunidade cultural possa conhecer a legislação, organizar sua vida artística/cultural e participar do processo. Considerando o valor total de R\$ 107.094,94 (cento e sete mil noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos), o PAR foi assim pactuado entre os presentes: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) para ações gerais, através de Edital de incentivo a projetos culturais das mais diversas linguagens, dividido em 07 projetos: 06 projetos de fruição (R\$ 10 mil cada) e 01 projeto de formação (R\$ 5 mil); R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) também para ações gerais, através de Edital de Premiação de indivíduos da Cultura Popular e Geral, dividido em 24 prêmios individuais de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. O custo operacional será de R\$5.354,74 (cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), respeitando o limite de até 5% do valor total. Para a Política Nacional Cultura Viva, mesmo que não obrigatória para este município, foi decidido a aplicação de R\$ 12.740,20 (doze mil setecentos e quarenta reais e vinte centavos), para um prêmio de ponto de cultura. No caso da PNCV, foi ratificado por Pablo Dantas que a certificação dos Pontos de Cultura, neste edital específico, deverá seguir as diretrizes da LEI Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014. Os editais devem contemplar as mais diversas linguagens culturais, garantindo a aprovação de, no mínimo, um segmento. Como mais nenhum assunto foi tratado para o momento, eu Julia Arielly Aguiar Ferrer da Silva, que secretariei a reunião, lavrei a presente ata. A lista de presença segue anexada. Após leitura da ata e aprovação dos representantes da sociedade Civil e Poder Público, encerrou-se a reunião. Abaixo assinado: KARLLA THAIS B. L. DOS SANTOS, EVELYN EDUARDA B. DA SILVA, ALMIR LOURENÇO DA SILVA, LINDALVA S. DA SILVA, MARINALVA SEVERINA GOMES, LEYLLA GABRYELLE ANDRADE, PABLO VINICIUS DANTAS ALVES, SEVERINA REGIS DE F. OLIVEIRA, FRANCIELLE PRISCILA BORGES DA SILVA, MARCOS VINICIUS L. DA SILVA, ANA AMÉLIA F DA SILVA, VIVIAN GABRYELLE e JULIA ARIELLY AGUIAR FERRER DA SILVA.

Publicado por:
Marciela Borges de Souza
Código Identificador:4CAA7C59

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MARAIAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 008/2025

Espécie:Dispensa de Licitação.

Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARAIAL/PE;
Contratada:VALDENICE ALEXANDRE LEANDRO - ME,
inscrita no CNPJ sob o nº 10.653.888/0001-15;

Objeto:AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, AR COMPRIMIDO E ACESSÓRIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARAIAL, DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIAS, EMERGÊNCIAS E DOS ATENDIMENTOS DOMICILIARES.

Valor: R\$ 59.150,00 (cinquenta e nove mil, cento e cinquenta reais).
Celebrado:26/02/2025;
Vigência:12 (doze) meses;
Signatários:NEILSON DE BARROS LIMA e VALDENICE ALEXANDRE LEANDRO.

Publicado no Quadro de Aviso desta Prefeitura Municipal em 26 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
Bruna Aparecida Cardeal da Silva
Código Identificador:BD7A6363

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2025

Espécie:Dispensa de Licitação.

Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARAIAL/PE;
Contratada: LINS SERVIÇOS E CONSTRUTORA LTDA,
pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº
23.593.622/0001-76

Objeto:O objeto do presente Documento de Formalização de Demanda – DFD. Trata – se de contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de reforma, pintura e retelhamento das unidades básicas de saúde I e III, localizadas no centro e no distrito de sertãozinho de baixo, município de Maraial/pe., Termo de Referência e minuta de Contrato, Projeto Básico, que instruem a presente contratação.

Valor global: R\$ 121.081,14(cento e vinte e um mil, oitenta e um reais e quatorze centavos)

Celebrado:13/02/2025;

Vigência:60 (sessenta) dias;

Signatários:NEILSON DE LIMA BARROSe ISLANDSSON KEVESSON TRINDADE OLIVEIRA LINS

Publicado no Quadro de Aviso desta Prefeitura Municipal aos 13de fevereirode 2025.

Publicado por:
Bruna Aparecida Cardeal da Silva
Código Identificador:D57C5DDD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2025

Espécie:Concorrência.

Contratante:MUNICÍPIO DE MARAIAL-PE.

Contratada:MDS SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº44.369.249/0001-44.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPOSIÇÃO DE PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS VIAS, NO MUNICÍPIO DE MARAIAL/PE, conforme Lote I e II,Conforme Especificações do Projeto básico.

Valor:R\$ 729.410,28 (SETECENTOS E VINTE E NOVE MIL, QUATROCENTOS E DEZ REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)..

Celebrado:24/02/2025;

Vigência:12(doze) meses;

Signatários:MARLOS HENRIQUE CAVALCANTI e MARIA DANIELY DA SILVA FERREIRA

Publicado no Quadro de Aviso desta Prefeitura Municipal aos 24de fevereirode 2025.

Publicado por:
Bruna Aparecida Cardeal da Silva
Código Identificador:CB63B42F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARAIAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2025

Espécie:Dispensa de Licitação.

Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARAIAL/PE;

Contratada: I&S CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA,
pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº
23.357.907/0001-08.